

Armando Malheiro da Silva
Maria Luiza Tucci Carneiro
Stefano Salmi
Coordenação

*R*epública,
Republicanismo
e Republicanos
Brasil • Portugal • Itália

Alexandre Hecker

**IDÉIAS REPUBLICANAS, ASPIRAÇÕES SOCIALISTAS: PROPOSTAS
DA ESQUERDA DEMOCRÁTICA PARA AMPLIAÇÃO DA
CIDADANIA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA**

*“A verdade objetiva de uma proposição e sua validade na aprovação dos...
ouvintes são duas coisas distintas”*

Shopenbauer. A arte de ter razão.

O presente artigo trata de correlacionar o conceito de República presente na cultura política ocidental na primeira metade do século XX, no Brasil, e a circulação das idéias socialistas propostas para a solução de problemas brasileiros advindos de uma complexa formação social. O Brasil dos anos imediatamente posteriores ao término da Segunda Grande Guerra viveu uma importante expectativa de mudanças, que permitiu aos militantes socialistas sonharem com a reorganização da sociedade em moldes menos injustos para a maioria da população. A fim de refletir sobre o futuro que então se descortinava e tornar exequível a ampliação da cidadania almejada, o pensamento brasileiro de esquerda procurou valer-se do repertório conceitual que lhe pareceu mais adequado. Assim, deu lugar a um sistema de idéias interdependentes que reuniu princípios republicanos, desejos socialistas e modo de agir democrático. Este construto cimentou o patamar sobre o qual se desenvolveu o debate político brasileiro das décadas seguintes.

A República moderna e as idéias socialistas (re)nasceram juntas na passagem do século XVIII ao XIX, com a era das revoluções¹⁹⁷. Como campo fértil de ação ética, ambos os projetos assumiram princípios sociais similares ao que Kant denominava o *imperativo categórico*, adaptando-o à questão política da reorganização dos Estados. Em diversos países ocidentais, os governantes nascidos das revoluções burguesas, então em curso, passaram a ter de considerar a participação direta ou indireta da crescente massa das populações. Assim, no trato das coisas públicas, restou definitivamente conjugada ao individualismo burguês a máxima “faça aos outros aquilo que gostaria que lhe fizessem”. Por isso, a exigência de universalizar a própria conduta nas conjecturas sobre a humanidade tornou-se o patamar conceitual a partir do qual pensadores e ativistas políticos procuraram construir soluções para a “questão social” nascida da dupla revolução, econômica e política, que marcou o desenvolvimento das idéias sociais nos dois séculos subseqüentes.

Tomado de maneira genérica, o objetivo dos republicanos no século XIX foi institucionalizar o ideário da Revolução francesa, no sentido de abolir os privilégios do absolutismo e dos grupos sociais que o apoiavam. República, então, representou principalmente satisfazer os interesses dos empreendedores e das elites, adaptando a política à crescente penetração de capitalismo em todas as relações sociais. Desta forma, o liberalismo era o ideário oficial e os projetos republicanos nele estacionaram, elevando o individualismo à política de Estado. Coube às aspirações socialistas incitar o pensamento político para mais além, isto é, proceder à retomada da relação igualdade/liberdade no patamar das comunidades. Cidadania, para os diversos projetos socialistas que então passaram a ser propostos, não se deveria restringir à representação por meio de parlamentos, nem limitar-se ao exercício do voto, como parece ter sido a essência do conceito de República nos seus primórdios modernos.

Embora também muitos teóricos do republicanismo procurassem amenizar as injustiças sociais decorrentes da implantação do capitalismo, foram os

¹⁹⁷ Erik Hobsbawm chamou seu livro sobre o período de *The Age of revolution: Europe 1789-1848* (Londres, Wendenfeld and Nicolson, 1962).

socialistas — no nível das propostas — aqueles que atualizaram o sonho de liberdade social e econômica para uma época de crescimento da produção industrial e das trocas universais. Solidariedade, coletivismo, mutualismo, associacionismo, cooperativismo, comunismo etc., tornaram-se termos/bandeiras dos diversos projetos socialistas.

Aos republicanos radicais corresponderam tentativas de amenizar as iniquidades do capitalismo, sem no entanto colocar em risco o sistema delas gerador. Exemplo destas moções foi a afirmação de Clemanceau, em 1876: “Nós, republicanos radicais, queremos a república por causa de seus resultados: as grandes e fundamentais *reformas sociais* às quais ela conduz. Nossa proposta é completar a grande metamorfose de 1789, iniciada pela burguesia francesa, mas abandonada antes de sua conclusão”¹⁹⁸. Não obstante algumas dessas manifestações terem de fato freqüentado a cultura política republicana, o divisor de águas entre republicanos radicais e socialistas seguiu sendo, ao longo dos séculos XIX e XX, a questão que se resume na díade *reforma ou revolução*. E embora cada um destes termos admitam miríades de acepções diferentes e até mesmo contraditórias entre si, coube aos socialismos ousarem refazer o conceito burguês de individualidade para submeter as suas construções ideológicas ao que eles próprios passaram a denominar uma adequada relação entre igualdade e liberdade social.

Remontando à tentativa clássica de definir positivamente o conceito de República, isto é, ao verbete da Enciclopédia de Diderot e d’Alambert, percebe-se que a questão era ali situada de maneira ambígua e restava imprecisa a “vocaçãõ” igualitária do republicanismo: república era então apresentada como “forma de governo pela qual o povo como um todo, ou uma parte dele, possui o poder soberano... Quando na república o povo como um todo possui o poder soberano há uma democracia”¹⁹⁹. Depreende-se deste documento que a República, de forma não-intrínseca, reivindicaria a distribuição do poder igualitariamente, mas transferiria ao exercício de seus princípios a consecução do objetivo, promovendo a (re)entrada em cena do conceito de democracia. Em decorrência, entendia-se democracia — como ainda hoje pode-se fazê-lo — por um método e

¹⁹⁸ CLEMANCEAU, G. *apud* BELLAMY, R. - *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994, p. 119. O grifo na expressão reformas sociais é de minha autoria.

¹⁹⁹ Artículos políticos de la “Enciclopedia”. DIDEROT, D.; ALAMBERT, J. Le R. d’ - *Selección, Tradición y estudio preliminar de R. Soriano y A. Porras*. Madrid: Editorial Tecnos, 1992, p. 186

não por um conteúdo final. Tanto é assim que Sartori afirmou ser a democracia apenas um nome pomposo de alguma coisa que não existe, procurando esclarecer que justamente não existem conteúdos fechados para o conceito, porque é o movimento e a trajetória que a ele correspondem inerentemente ²⁰⁰.

De forma ampla, porém imprecisa, é bem verdade, pode-se afirmar que para os pensadores socialistas dos séculos XIX e XX — ditos científicos, utópicos, reformistas ou liberais — o projeto republicano apareceu como tendo separado objetivos e fins. E, justamente, caberia às suas muitas vezes ousadas teorias a promoção da fusão dos *dois planos* da política em uma única construção social. Seu objeto teórico constituiu-se em tentativas constantes de buscar a finitude de um processo perpetuamente inacabado. Eis aí, também, o cerne do mito socialista.

Nesse aspecto, qual seja, o da fusão dos *dois planos* da política, é preciso considerar também dois momentos diversos na longa história das idéias socialistas durante a modernidade, e recordar o corte epistêmico provocado, no início do século XX, pela releitura do marxismo promovida por Eduard Bernstein²⁰¹. No movimento socialista precedente à Primeira Grande Guerra a visão prevalecente das reformas sociais era de que elas fossem apenas expedientes temporários destinados a aliviar as condições de existência das massas oprimidas pelo árduo trabalho, até que uma crise tão catastrófica quanto inevitável projetasse a ordem social numa órbita nova e socialista. Após os anos 20, sobretudo depois da Segunda Grande Guerra, em quase todas as áreas do pensamento auto-definidas como socialistas, incluindo até mesmo os ortodoxos bolcheviques, as reformas sociais passaram a ser vistas como elementos do socialismo — modestos ou significativos, dependendo da origem socialista da interpretação — a serem introduzidos no interior do capitalismo. Para muitos, a ampliação dessas reformas e a extensão de seus efeitos poderiam apontar para o momento em que o capitalismo deixaria de existir.

Foi o socialista francês Jean Jaurès quem aduziu a metáfora mais elucidativa desse traslado conceitual. Ele observou que a passagem para o socialismo seria sentida da mesma forma que os navegantes “percebiam” a ultrapassagem

²⁰⁰ SARTORI, G. - *Democrazia: cosa è*. Milano: Rizzoli, 2006. A definição de democracia apresentada pode servir para hoje como para o período ao qual se faz referência no texto.

²⁰¹ Entre 1896 e 1899, Bernstein publicou diversos artigos sobre a questão que foram originalmente reunidos em livro sob o título *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia*. No Brasil, a recente publicação de Jorge Zahar tomou o título de *Socialismo Evolucionário* (19...)

de uma linha demarcatória de hemisfério, pouco a pouco, sem notar nenhum sinal evidente, tal como uma corda estendida no mar.

Assim, retomando a correlação acima apontada entre república, democracia e socialismo, pode-se conjecturar a respeito de uma aproximação entre o conceito de democracia e o socialismo, os dois projetos apontando mais para um processo do que para um fim. Até mesmo a nomenclatura adotada para os fenômenos socialistas ganhava um termo síntese: social-democracia. O lema bernsteiniano — “para o socialismo o movimento é tudo, o objetivo final é nada” — passou a se constituir no vade-mécum, na chave das novas teorizações e dos procedimentos socialistas em diversas conjunturas nascidas com a sensação de liberdade conquistada pelo final da Segunda Grande Guerra. Mesmo sem abrir mão completamente do conceito de revolução — ou seja, da proposta de adequar igualdade e liberdade num patamar não-formalista, como o projeto republicano clássico propunha, no nível da declaração, os socialismos passaram a se reconhecer como variáveis do processo democrático.

Propostas socialistas para a República no Brasil²⁰²

Escrevendo em 1940, para explicar a proclamação da república, ocorrida 51 anos antes, o historiador José Maria Bello, não sem laivos de amargura e desilusão, observou como característica nacional intrínseca a instabilidade na condução dos objetivos políticos a serem alcançados pelo país. Dizia ele,

*“desde a Independência, o Brasil tenta descobrir o seu destino ou o sentido da sua vida; fartando-se depressa das experiências iniciadas entre entusiasmos ruidosos e messianismos ingênuos, entrega-se facilmente a novas tentativas”*²⁰³.

²⁰² República era um conceito ambíguo mesmo para os “pais fundadores” da primeira grande República moderna, os EUA; no Brasil, pelo menos, no que se refere aos anos 1889 a 1930, a República assumiu diferentes significados e simbologias. Sobre a questão ver CARVALHO, J. M. - *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, cap. 1, “Utopias republicanas”.

²⁰³ BELLO, José Maria - *História de República*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1940, p. 1

Talvez ainda hoje o país esteja procurando o “sentido da sua vida”, mas certamente não está sozinho no planeta a buscar sua identidade — o que de resto é uma boutade para salientar a efemeridade do conceito de identidade. De toda a forma, aquela expressão de pessimismo nacional do autor vinha recompor a lembrança ainda muito viva da frustração da instituição de uma república que, em várias de suas facetas, pareceu-se com o regime imperial anteriormente estabelecido, ou dele foi uma continuação pouco alterada. A própria base social do republicanismo, ainda antes de 1889, embora fosse constituída em boa parte por profissionais liberais, militares e intelectuais bem postos na nova urbanidade da segunda metade do século XIX, teve seu núcleo de poder fundamental numa elite pouco disposta a redistribuir indistintamente o poder político entre os habitantes do país: tratava-se do

“movimento republicano conservador nas províncias, (que teve) como maior expressão o Partido Republicano Paulista, fundado em 1873. Os quadros do PRP provinham majoritariamente da burguesia cafeeira. O ponto fundamental do programa do partido consistia na defesa da federação, ou seja, de um modelo de organização política para o país em que as unidades básicas são as províncias... Os republicanos de São Paulo convenceram-se de que o Império seria incompatível com a autonomia provincial”²⁰⁴.

Assim, a República brasileira expressou, até 1930, exclusivamente o interesse de oligarquias regionais que aspiravam liberdade de ação em relação ao poder central, e não representou qualquer idéia que se aproximasse do conceito de República como “forma de governo em que o Estado se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos”²⁰⁵.

Nos períodos posteriores, a situação mudou de figura e o que se viu foi a entrada no cenário político das massas de população resultantes do crescimento econômico e da aceleração da urbanização. De forma peculiar e própria da

²⁰⁴ FAUSTO, Boris - *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 228. Para uma avaliação das condições de vida e trabalho da massa operária na República Velha, consultar: MATOS, M. Izilda - *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2002.

²⁰⁵ Primeira acepção do verbete *República* do Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2003.

conjuntura histórica vivida pelo Brasil — que no momento não cabe aprofundar — tratava-se de processo semelhante ao experimentado por países europeus a partir de meados do século anterior. Por isso, a instituição da Era Vargas, adiante referida, promoveu de forma idiossincrática e por vezes contraditória, ao custo de experiências autoritárias, a participação popular no processo político.

Entretanto, foi no período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra, que a sociedade brasileira sacudiu o jugo ao qual esteve submetida pela ditadura varguista e conheceu uma atmosfera de otimismo alimentada pela aparente possibilidade de usufruir da liberdade mundialmente conquistada com a derrota dos fascismos. Era um tempo de esperanças. Vivendo em meio a essas expectativas e concomitantemente dialogando com as várias propostas européias de esquerda em marcha até aqueles dias, um pequeno, mas decidido grupo de intelectuais socialistas brasileiros organizou-se em partido, em Outubro de 1945. Tratava-se da Esquerda Democrática (ED), que em 1947 assumiria o nome de Partido Socialista Brasileiro (PSB) e iria dar curso aos debates e reflexões do movimento socialista ocidental procurando adaptá-los à realidade brasileira, que então — sob a influência dos novos tempos — tomava o caminho da redemocratização após a citada ditadura filo-fascista de Getúlio Vargas²⁰⁶.

A denominada Era Vargas já foi entendida equivocadamente como um período em que as condições do trabalho sofreram melhoras significativas por conta da boa vontade dos governantes, sobretudo do próprio presidente Getúlio Vargas que teria paternalmente ofertado ao povo brasileiro uma “legislação trabalhista”. Entretanto — por decidida e penosa ação dos diversos segmentos históricos do movimento dos trabalhadores, além de correspondência com o projeto político representado pelas elites empresariais que ascenderam com a Revolução de 1930 — constituiu-se todo um arcabouço legislativo previdenciário e trabalhista que de fato caracterizaram nova acomodação dos interesses de classes no país e significaram melhorias para o setor urbano das classes trabalhadoras.

Passaram a funcionar no País novas instituições como o Ministério do Trabalho (1930), leis sobre o trabalho foram consolidadas (CLT, 1943), estabeleceu-se

²⁰⁶ A historiografia tem usado de modo quase consensual a seguinte periodização política para o Brasil republicano: República Velha, 1889-1930; Segunda República, até 1937; Estado Novo, até 1945; República liberal, até 1964; República ditatorial militar, até 1985; República Nova, até à atualidade. O período 1930-1954 é comumente denominado Era Vargas.

oficialmente um sindicalismo controlado e subvencionado pelo Estado, Institutos de Pensão e Aposentadoria foram criados²⁰⁷. Com a redemocratização posterior ao fim da guerra estas “conquistas” foram preservadas sem que suas características corporativas fossem eliminadas, mas acrescentaram-se de forma sobreposta alguns direitos civis e políticos tais como a liberdade de formação de partidos e a retomada do processo eleitoral. Os trabalhadores embora não pudessem desfrutar abertamente de direitos, conseguiam então lutar contra os limites impostos pelo Estado à sua liberdade de organização. O jogo democrático até então sufocado passa a ser admitido a contrAgosto de diversos setores da elite civil e militar até então dominante.

Tendo este panorama como pano de fundo, jovens intelectuais socialistas²⁰⁸ reunidos, sobretudo, na cidade de São Paulo, que desde a década de 20 do século tornara-se um centro de produção e circulação cultural dos mais ativos no país, passaram a refletir e propor soluções políticas sistematizadas para a conquista de uma cidadania brasileira ativa e participativa.

Um rico debate em torno dos deveres e direitos republicanos, em relação aos projetos de socialismo, estabeleceu-se entre aqueles futuros organizadores do Partido Socialista no Brasil. É justamente esta questão que aparece contemplada nos documentos a seguir analisados, os quais tinham como escopo dar forma e ao mesmo tempo criar uma estrutura básica de ação para sustentar um projeto socialista devidamente adaptado à conjuntura nacional. As ações futuras do Partido Socialista Brasileiro encontraram nesses primeiros debates um referencial privilegiado.

O texto denominado *Plataforma da nova geração*²⁰⁹, declaração de princípios de autoria de Paulo Emílio Salles Gomes ocupa um papel pioneiro e

²⁰⁷ Para análise das lutas pela cidadania dos trabalhadores no período republicano, ver LUCA, Tânia R. de - “Direitos sociais no Brasil”. In PINSKI, J.; BASSANEZI, C. (orgs.) - *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

²⁰⁸ Entre os jovens intelectuais que animaram o socialismo em São Paulo, nos anos da década de 1940 e 50, estavam: Paulo Emílio Salles Gomes — que exercia uma certa liderança em relação aos demais — Antônio Cândido de Melo e Souza, Febus Gikovate, Aziz Simão, Fúlvio Abramo, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Aristides Lobo, Wilson Rahal, Cid Franco, Lourival Gomes Machado. Eles constituíram a efêmera UDS, União Democrática Socialista, antes de criarem a Esquerda Democrática, em meados de 1945.

²⁰⁹ Divulgada a partir de uma edição com o mesmo nome, publicada pela Livraria do Globo de P. Alegre, em 1945, e organizada por Mário Neme; *Apud* CALIL, C.A.; MACHADO, M.T. (orgs) - *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 86 e seguintes.

paradigmático. *Plataforma* pretendeu recolocar o marxismo num patamar, ao mesmo tempo, nacional e aberto à sociedade multifacetada vigente. Tentou abraçar uma dialética que até então servira para reproduzir modelos estranhos ao País. Ou, como observa Décio de Almeida Prado, que vivenciou a repercussão desse documento, tratava-se de tentar conciliar dois movimentos muito fortes nos anos 20 e 30: o modernismo e o marxismo.

“A dificuldade, diz Almeida Prado, na prática, é que eles não possuíam as mesmas raízes e não exprimiam a mesma filosofia. Se o marxismo vinculava-se ao racionalismo, ao cientificismo, tendendo à disciplina social e a uma concepção puritana da vida, o modernismo, em sua primeira versão brasileira, não desdenhava nem o lúdico, ‘o poema-piada’, nem a irresponsabilidade perante tudo que não seja arte do hermetismo, nem o ilógico, o inconsciente, o mágico, o mítico. Um pregava o coletivismo, organizando-se sobre tal base, o outro só com extremo sacrifício livrava-se do individualismo... Os dois proclamavam-se anti-burgueses, mas em sentidos diversos...”²¹⁰.

Essa ambigüidade, Paulo Emílio e depois com mais intensidade e com mais atividade prática, os socialistas democráticos carregaram consigo durante décadas. É a mesma ambigüidade que concentrou em si toda a história do socialismo democrático em São Paulo. Expressou-se através dos seguintes pares antinômicos: intelectual-popular, nacionalista-internacionalista, revolucionário-reformista, partido político-movimento social, luta de classes-harmonia de interesses, esquerda-democracia.

As idéias expressas inicialmente por Paulo Emílio e depois desenvolvidas pelo grupo, servem como modelo para entender o socialismo democrático do período. Apesar de certa discrepância havida entre as duas maiores seções do Partido Socialista, São Paulo e a direção nacional localizada no Rio de Janeiro, é possível pensar aquele socialismo brasileiro como um todo. No entanto, não cabe anular as diferentes concepções ou as peculiaridades de formação dos principais militantes de cada um desses centros. Enquanto, do Rio de Janeiro, João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, políticos experimentados,

²¹⁰ “Paulo Emílio quando Jovem”, *Apud Ibidem*.

primavam por adotar um comportamento modulado pela cultura jurídica liberal, temperada de um lado pelo trabalhismo e por outro pelo republicanismo nos moldes de Ruy Barbosa (de quem Mangabeira fora fiel orientando e seguidor), os jovens intelectuais paulistas marcados por embates da esquerda, partidária ou estudantil, mas sem experiência parlamentar, embasavam seu pensamento — mais teórico do que prático-político — em leituras marxistas.

Entretanto, foi possível construir uma unidade sob a preeminência do núcleo paulista. Quer dizer, mesmo partindo de diferentes concepções políticas, o PSB pode construir nacionalmente uma unidade de pensamento porque teve como elemento catalisador o veio doutrinário inicialmente manifestado por Paulo Emílio e o grupo da União Democrática Socialista (UDS):

“O percurso dos fundadores da UDS foi o de marxistas que se deixaram penetrar por uma ampla preocupação democrática, o que não era comum na esquerda da época... O núcleo paulista veio a desempenhar papel central na definição mais explícita dos fundamentos doutrinários do Partido da ED e na sua transformação em Partido Socialista”²¹¹.

Os caminhos propostos, socialistas-democráticos-liberais-republicanos, foram inusitados²¹², pois ainda no período o Brasil primava por adotar

“uma mentalidade senborial, mentalidade que não vai embora, nem com a imigração, nem com a invasão de coisas e atitudes novas. Ela permanece firme, agarrada, mostrando que o brasileiro tem incrustado na alma um modo de ser oligárquico inconsciente, que se definiu a partir da relação senhor/escravo e vai contaminando as sucessivas elites, das mais variadas origens”²¹³.

²¹¹ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos - *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995.

²¹² Esse ineditismo deixou alguns analistas da época sem saber onde localizar o Partido. Ver FRANCO, A. A. de Melo - *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974, p.90

²¹³ CÂNDIDO, Antônio - “Sérgio, o radical”. In *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Sec. da Cultura/USP, 1988, p. 63

Os documentos ditos fundadores dessa nova “mentalidade” socialista não dogmática no Brasil funcionaram justamente como uma combinação entre a teoria política geral, originária do marxismo e de suas revisões, e tendências do pensamento político local, oferecendo uma síntese nova que se desdobraria, não homogeneamente, nas propostas apresentadas pelo PSB, ao longo da República instituída pela Carta Magna de 1946. Assim foram tratados problemas como a organização dos trabalhadores urbanos, a questão agrária, a valorização das instituições políticas democráticas indelevelmente aliadas à expansão dos benefícios econômicos a todos os membros da sociedade.

Na *Plataforma da nova geração*, logo ao início do texto, cuidava-se de entender a questão primordial para traçar o caminho das mudanças culturais do período posterior à Revolução de 30: isto é, a maneira de ser “de esquerda”. Para muitos de seus contemporâneos a questão não existia, pois só havia uma forma de ser: comunista. Ou dizendo da forma poética-mítica típica daquele momento: “o clarão que vinha do oriente deveria iluminar a todos como um batismo de luz”. Mas para Paulo Emílio e seus companheiros do Grupo Radical de Ação Popular (GRAP) e da UDS²¹⁴, a questão posta daquela forma, tornava-se dogmática:

“De maneira que lá por 33-34, qualquer sentimento renovador mais enérgico levava logo à idéia de Rússia. Os jovens intelectuais que desejavam uma coisa mais séria do que simplesmente ter simpatia, passavam da idéia de Rússia à de Terceira Internacional e daí à Juventude e ao Partido Comunista ilegal, ou como membro militante ou então, o caso mais freqüente, agindo com uma maior liberdade dentro da esfera de influência da seção brasileira. Em contato com esses meios, o jovem intelectual passa a participar ainda mais intensamente de uma atmosfera de devoção pela Rússia, pela significação histórica no passado, no presente e no futuro. Havia mesmo, não formulada conscientemente, a crença na significação eterna da Rússia. Era religião”.

No entanto, a crise mundial que acompanhou a Grande Guerra e a agressão nazista à Rússia teriam vindo reacender esta chama em alguns, fazendo anular

²¹⁴ Sobre a atuação do PSB desde sua fundação em 1947 até sua extinção em 1965 e sobre as instituições e militantes que se agregaram para a sua formação, consultar HECKER, A. - *Socialismo sociável: a história da esquerda democrática em São Paulo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

um relativo espírito crítico construído na relação entre ditadura interna de Getúlio e luta externa pela democracia. Mas nem todos os intelectuais da nova geração, no início dos anos 40, caíram nessa armadilha ideológica, pois ocorrera uma subdivisão entre os jovens militantes:

“Para o caso de alguns, o renascimento do amor pela Rússia os fez voltar exatamente ao estado de dez anos atrás... Outros encontraram plena satisfação naquilo que em literatura política ficou convencionalizado chamar-se trotskismo. Mas é cada vez maior o número dos que assumem uma posição nova. Esta posição nova ainda não está delineada e completada em todos os seus detalhes. De uma maneira geral é uma tendência a não considerar mais a Rússia como um ponto de referência fundamental e, como conseqüência, não mais dar importância à tradição dos organismos dela dependentes.

A ‘Plataforma’, desta maneira, estava por pronunciar não apenas uma nova geração, mas um novo mundo. Só que não sabia qual. Este era o custo necessário para o pensamento tornar-se mais livre e criativo, justamente não saber para onde ir: parecia-lhe impossível reconhecer a posição nova “ainda não delineada e completada”. No plano teórico isto significava “encontrar no arsenal marxista os instrumentos exemplares para o conhecimento... (porém promovendo) uma tentativa de revisão progressista do marxismo”.

A *Plataforma* somava a esta novidade teórica uma preocupação fundamental com os problemas da república brasileira. Via como necessário o estudo desses problemas “devido à extrema pobreza do Brasil em matéria de idéias”. Interessar-se por questões internas não lhe parecia voltar atrás, valorizar uma idéia passadista, pois um novo nacionalismo poderia estar nascendo. Não só no Brasil, mas mundialmente. Paulo Emílio aproveitava-se do marxismo clássico para provar essa sua tese: a Revolução de 17 fora sucesso do internacionalismo; a defesa da Rússia na guerra, resultado do nacionalismo. Uma nova síntese estava se processando, não com a volta do internacionalismo, mas o desenvolvimento de um “neo-nacionalismo”. Na verdade essa estrutura lógica foi também a base do raciocínio que fez todo o conjunto dos socialistas democráticos pensar, nessa mesma época, numa amálgama entre capitalismo e comunismo, resultando em um novo socialismo.

Antes mesmo de escrever *A Plataforma*, sob a influência da conjuntura do final da guerra e da abertura do regime Vargas, Paulo Emílio e seus companheiros do GRAP, no auge do Estado Novo, haviam produzido uma interpretação da conjuntura intitulada *Comentário*. O trabalho havia sido publicado na Revista *Clima*, de Abril de 1943, e nele estavam presentes em embrião as idéias de *A Plataforma*. O texto²¹⁵ trazia consigo o gérmen da proposta socialista nova, que foi apurada posteriormente em *A Plataforma*. Ali estava claramente delineado o conceito de democracia como imprevisibilidade em relação ao futuro, afastando a dogmática determinista da vida social e política.

No *Comentário* a questão aparece assim colocada:

“A nossa posição crítica em relação à ortodoxia marxista e às suas habituais expressões políticas provocou, de uma maneira geral, reações sadias. É claro que os espíritos presos à rigidez da nova escolástica recebem sempre com desconfiança a expressão de um não conformismo. Aquelas raras pessoas que julgam a crítica dos dogmas das internacionais históricas como um trabalho intelectual nefasto às perspectivas humanas abertas pela causa defendida pelas Nações Unidas, aquelas que acreditam que o se pôr em cheque as verdades envelhecidas redundava automaticamente no reforçamento das possibilidades fascistas — essas pessoas, que pretendem forjar as verdades inéditas do futuro com as noções gastas do passado, essas pessoas, é claro, não podem nos aceitar”.

Tecendo observações sobre o *Comentário*, Antônio Cândido²¹⁶ afirmou que a importância da publicação deveu-se a três razões: primeiro, porque partia do princípio de que as posições progressistas poderiam se unir, já que representavam “a corrente positiva da civilização do Ocidente a partir do cristianismo, exprimindo-se pela busca da igualdade e da liberdade sob diversas formas, que animam as variedades da democracia e do socialismo”. Havia no ar uma grande esperança, a de “que no pós-guerra os dois princípios pudessem harmonizar-se”. Em segundo lugar, porque pregava o fim do internacionalismo. O *Comentário* sugeria que se repensasse a “luta pela liberdade e a igualdade em termos de cada nação”.

²¹⁵ *Apud* CALIL, C.A.; MACHADO, M.T - *op. cit.* p. 78.

²¹⁶ “O militante...” *op. cit.* p. 59 e 60

Estaria encerrado o ciclo das Internacionais comunistas ou socialistas. Em terceiro lugar, porque afirmava que o “marxismo era componente fundamental na busca desta nova posição, mas que a sua fase ortodoxa e dogmática estava ultrapassada; daí a necessidade de adaptá-lo em sentido aberto”.

Harmonização do capitalismo e do socialismo e fim do internacionalismo excludente através de um marxismo humanizado: estas são as bandeiras inquebrantáveis do também novo socialismo. Isto significou a perda de um socialismo, mas por outro lado, o encontro de outro. (Como é contemporânea a questão!)

O campo estava, então, demarcado. Como se viu, ao *Comentário*, seguiu-se *A Plataforma*, mais explícita e objetiva, sugerindo modos de pensar diretamente o Brasil. Restava politizar, inserir as diretrizes numa prática que considerasse a luta interna e sua viabilização em termos de sociedade e Estado. Restava consignar uma declaração de ação político-partidária e fixar as reivindicações. Esta foi o “Manifesto da União Democrática Socialista - UDS”, que estabeleceu o comportamento a ser seguido pela Esquerda Democrática e seu segmento oficial, o Partido Socialista Brasileiro.

O Manifesto da UDS dedicava seu texto “Ao povo brasileiro. Aos trabalhadores da cidade e dos campos. À mocidade das fábricas e das escolas”. Uma dedicatória que, dada a história de vida da maioria de seus subscritores poderia ser lida às avessas. Isto é, em primeiro lugar à “mocidade das escolas”, de onde provinham (fazia pouco) 10²¹⁷ de entre os 14 signatários. Os quatro restantes eram: Elisa Romero, uma economista que prestava serviços a pequenas indústrias da capital, e portanto tinha ensejo de se relacionar com operários; Luiz Lobato, operário propriamente, acompanhou os lances seguintes da história dos socialistas democráticos, quase como único operário e por isso foi tratado com muito carinho, com desvelo mesmo; Paulo Zingg, jornalista. O único político com experiência de cargos públicos era Jacinto Carvalho Leal, que havia sido Vereador e Prefeito em Jacareí. Assim sendo, pode-se afirmar que os trabalhadores da cidade e do campo sempre evocados, faziam-se presentes através de sua imagem de sua representação simbólica.

A redação do *Manifesto* subdividia os assuntos em quatro partes: Introdução, UDS, Programa político-social e Reivindicações imediatas. Na Introdução, espécie

²¹⁷ Antônio Cândido de Mello e Souza, Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, Israel Dias Novais, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Rômulo Fonseca, Paulo Emílio e Renato Sampaio Coelho.

de resumo crítico das diretrizes até então adotadas por outras agremiações políticas e pelas classes dirigentes, o pensamento dos autores apresentava-se bem ao estilo marxista, através da clássica teoria das classes. Assim, o *Manifesto* analisava a pequena-burguesia, a classe média, o proletariado nacional e os trabalhadores da terra. Suas observações caminhavam no sentido de unificar a todos, procurando reconhecer a posição de inferioridade de cada setor com relação à “oligarquia reacionária e retrógrada”, a camada até então dominante no Brasil. Além desse traço de dependência, ainda outro estaria na origem da posição comum àquelas camadas: a ausência de democracia para elas, pois esta “só existia para as camadas mais favorecidas da população”. Enfim, uma república para poucos. Dependência e ausência de democracia completavam-se para explicar os grandes males nacionais. Em decorrência disso a sociedade jamais conseguira unidade interna suficiente para construir uma identidade política.

O *Manifesto* situava cada uma das classes sociais brasileiras “não privilegiadas”. A dependência aparecia, então, como questão maior mesmo quando os não privilegiados mostravam sua indignação:

“A pequena burguesia urbana nunca teve um partido político que encarnasse e defendesse seus interesses econômicos e sociais sufocados pela máquina governamental dos clãs conservadores... Essa debilidade política... (sempre se deveu) à instabilidade da classe média no quadro social. Chamada historicamente, no Brasil, a desempenhar um papel revolucionário... (até então a classe média) foi incapaz de desarticular sozinho as poderosas máquinas eleitorais e governamentais dessas oligarquias... e não pode encontrar meios de afirmação política independente.”

Mas ausência de democracia, repressão mesmo, havia sido desfechada principalmente contra os trabalhadores: “De 1889 a 1930, o proletariado industrial lutou arduamente por um regime democrático e melhoria de suas condições econômicas e sociais”. E apesar da solidariedade operária acentuar-se durante a República Velha, e terem os operários participado “ativamente das agitações que precederam a revolução de Outubro de 30”, a repressão impedira uma atuação unificada e eficiente. Assim, “as oligarquias trataram de impedir o acesso

do proletariado às liberdades democráticas e o desenvolvimento da sua força política, perseguindo os seus partidos de classe, policiando os seus sindicatos...”

Com relação aos trabalhadores da terra, a ausência de democracia agira a favor da manutenção de condições sociais alienantes:

“A dispersão geográfica com a conseqüente falta de espírito associativo, a ignorância, a falta de saúde, o baixo nível econômico e certas peculiaridades de formação histórica do país nunca permitiram que os milhões de caboclos tivessem noção precisa dos seus problemas sociais e dos meios de resolvê-los politicamente e muito menos partidos capazes de orientá-los”.

De um modo geral, o *Manifesto* situava a questão da ausência de um regime político republicano que abrangesse a toda a população brasileira: dependente da oligarquia, sem democracia, “o povo” brasileiro não construíra até então a identidade política. Os partidos políticos existentes até aquele momento, que tentavam representar a oposição à oligarquia, haviam sido inconsistentes. Os tenentistas deram origem a organizações “imprecisas e efêmeras”; os comunistas, equivocados, promoveram atos “de desespero... (tentando) atalhar o avanço do fascismo... (mas só obtiveram a perda) dos direitos políticos...”

Entretanto, ficava implícito no *Manifesto* que, apesar dos limites, a situação poderia mudar, a partir de 1945, pois a UDS pretendia promover uma aliança democrática de esquerdas:

“Hoje, quando chegamos ao momento de arregimentação partidária das várias tendências e correntes de opinião política, esses elementos esquerdistas que integravam o movimento de resistência dos moços, em conjunto com operários, jornalistas, comerciários e estudantes que ainda não militaram nos tradicionais partidos de esquerda ou que deles desejam afastar-se por discordarem das suas posições políticas atuais e dos seus sectarismo e divisionismo facciosos, resolvem lançar a União Democrática Socialista... Visamos... formar um agrupamento independente, no seio do movimento proletário brasileiro... (que, posteriormente, se transformara) em um amplo partido de base popular e de âmbito nacional”.

Dessa maneira, a ausência de unidade e de democracia de ampla base, ganhava um instrumento de realização que as tornariam possíveis. A UDS seria o caminho necessário para colocar o Brasil no nível de progresso mundial:

“... o socialismo não só é possível na sociedade contemporânea como também é necessário para que a humanidade possa ter uma continuidade progressista”.

Nesse sentido, o projeto nascido entre jovens intelectuais brasileiros não apenas buscava encaminhar as “massas populares no sentido de uma democracia sem classes”, mas resolver o secular problema do atraso nacional brasileiro constituindo um regime republicano abrangente e integrador. Tratava-se, enfim, da modernização do País. Entretanto, tributários do marxismo clássico, atribuíam ao proletariado — expressão a qual recorriam sem identificar claramente seu conteúdo — uma missão regeneradora:

“...o proletariado terá, como força mais consequentemente democrática que é, um papel decisivo, aliando-se a forças políticas representativas das massas rurais e da pequena burguesia urbana igualmente interessadas na efetiva democratização do país. Para que se processe esse desenvolvimento, porém, torna-se necessário que se realizem modificações substanciais no panorama econômico, político e social do Brasil, como a luta contra o imperialismo e outras medidas de caráter progressista”.

A luta pelo desenvolvimento sob os auspícios do proletariado debater-se-ia logo de início contra o imperialismo, e nesse caso o texto trazia sugestões de prioridades: começar pela reforma agrária e do Estado. Mas o *Manifesto*, em sua parte final, apresentava todo um conjunto de reivindicações abarcando itens tradicionais das pautas de exigências da esquerda ocidental. Tratava-se de lutar pela “destruição da ditadura e anulação da carta de 1937”; pela “liberdade de imprensa, reunião, associação”; pela “liberdade e autonomia dos sindicatos”; pela “aplicação eficiente da legislação trabalhista”; por “ajustamento dos salários ao custo de vida”; por previdência social, habitação, ensino e saúde gratuitos, cooperativismo, entre outras reivindicações.

Principalmente, ao Partido que se estava criando e a seus membros, caberia lutar “pela educação política da classe operária, destinada a desenvolver as transformações econômicas e sociais em sentido socialista”. Mas ao final reafirmavam que além deste, outro elemento fundamental se constituía na preparação educacional da classe média para que também ela participasse efetivamente do processo de formação de quadros políticos da nova geração.

Portanto, o veículo da mudança, nas palavras dos jovens socialistas, estava na educação, na transmissão das idéias, no trabalho dos intelectuais. Diferentemente do que poderia ser o primeiro impulso, não se deve atribuir à juventude e à ingenuidade destes militantes, moços e sinceros, a escolha de uma razão “romântica” para a mudança. É conveniente observar que a tendência à valorização da educação e do papel político do intelectual, permaneceu durante toda a história do socialismo democrático, não apenas em São Paulo, mas no PSB em geral. A escolha desse vetor — a educação — para o incentivo à formação de uma sociedade de cidadãos aproximava aqueles militantes do princípios liberais-republicanos clássicos²¹⁸.

Enfim, a análise das reflexões apresentadas pelo *Manifesto* permite entender o desenho ideológico traçado pelos militantes da UDS para recompor o edifício social brasileiro em termos de uma república democrática na qual o socialismo desempenhasse o papel essencial de elemento aglutinador. O socialismo deveria ser o instrumento para romper a dependência e a ausência de democracia; isto significaria progresso em geral, afastamento do atraso secular a que o País estava amarrado, satisfazendo, ao mesmo tempo, toda a população: daí união nacional; mas quem, qual o agente dessa genérica modernização? Sem convicção, o *Manifesto* reelegia o proletariado para a tarefa. Por quê sem convicção? Porque o motor da história para esses socialistas democráticos, que como vimos debatiam-se em binômios dilemáticos, era a informação e a compreensão, acessíveis genericamente às pessoas — e não às classes, as suas lutas — através da educação política. Promover a educação geral, política, econômica, cultural etc. do povo brasileiro, eis o grande desafio socialista daquele momento. E nesse sentido eles não faziam mais do que seguir os passos dados por seus bisavós, os

²¹⁸ A propósito, consultar: BELLAMY, R. - “Liberalismo e modernidade: capitalismo, racionalidade, burocracia e socialismo”. In *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

por assim dizer socialistas utópicos, para quem também o caminho pacífico da educação ou tão somente a divulgação de suas idéias fraternais, seria suficiente para fazer a história mudar²¹⁹.

Desse modo, estavam propondo um tipo de socialismo, construindo um Brasil imaginário que resolveria seus problemas através da cultura. No fim das contas, a sua própria imagem via refletida no futuro, isto é, a imagem de intelectuais (muitos dos quais professores) em busca de fazer política. O que talvez não concebesses, era que não apenas estavam se desviando do marxismo ortodoxo, então hegemônico na esquerda brasileira, mas deitando por terra um dos mais caros princípios teóricos do marxismo, a ponto de o desfigurar: o de que não são as idéias que movem o mundo.

A Esquerda Democrática, cuja vida formal iniciou-se a partir de 24 de Agosto de 1945, e o Partido Socialista Brasileiro que a sucedeu, repisariam os pontos fundamentais dos três citados documentos, numa espécie de continuidade tácita, não obstante sua dimensão e abrangência extrapolassem em muito o raio de influência dos jovens intelectuais paulistas. Entretanto, a semente estava plantada. Aquelas instituições reviveram a mesma busca da unidade nacional contra o dito atraso, o mesmo otimismo com as mudanças do mundo como base do republicanismo-democrático, a educação como veículo das transformações, o socialismo formando um binômio com o progresso.

Em seu *Manifesto de Fundação* a Esquerda Democrática, defendendo um projeto de socialismo no qual a questão econômica cumpria o papel central, não esqueceria de propor a reorganização de toda a sociedade de forma a tornar harmônico o funcionamento dos poderes republicanos no Brasil:

“Não foram os postulados da democracia que motivaram a crise do nosso tempo, pois não são próprias dela nem as desigualdades sociais, nem o antagonismo de interesse entre as classes. Desigualdades e antagonismos decorrem, isto sim, do liberalismo econômico que pleiteamos transformar, em nome mesmo do ideal democrático... (A ED) sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse

²¹⁹ RUSS, J. - *O Socialismo Utópico*. São Paulo: M. Fontes, 1991, defende a tese de que a única forma de socialismo sobrevivente é a utópica.

*coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção... (Defende) a industrialização e desenvolvimento das forças produtivas do país, abrindo perspectivas ao trabalhador e ao emprego de capital por iniciativa particular, tendo em vista a libertação da economia nacional das formas de exploração colonizadora*²²⁰.

Tratava-se de entrar na posse da direção dos meios de produção social não para deles “apenas” conquistar a redistribuição da renda e, portanto, de melhores condições de vida para a população, mas promover a defesa de serviços públicos para atingir garantias estatutárias republicanas (ou já seriam socialistas?) a todos os membros da sociedade. O paradigma de um tal posicionamento seria o reconhecimento da importância dos procedimentos democráticos dentro dos processos políticos, tudo carregando para a criação de um estatuto de cidadão aplicável a todos os membros da comunidade.

Vive-se hoje um tempo de crise. Pelo menos aparentemente todos parecem estar de acordo com a afirmação de que, neste início de milênio, uma época completa terminou. No passado ainda recente, alguma forma de socialismo era sempre proposta para intermediar a relação entre interesses econômicos e interesses humanitários. Mas o *socialismo morreu...*²²¹ e cogita-se até mesmo em atribuir ao termo apenas o seu devido valor de representação histórica, isto é, de apresentação de fenômenos e processos passados, fechados em seu tempo preciso. O mesmo que ocorreu, por exemplo, com a expressão *positivismo*, que hoje designa o pensamento de A. Comte e seus desdobramentos, já praticamente extintos ou completamente transfigurados. Ou como sugere J.J. Becker²²² em relação ao termo *comunismo*, isto é, usá-lo no sentido de um movimento restrito ao século XX. *Positivismo, socialismo, comunismo* — numa promiscuidade

²²⁰ Manifesto inaugural da Esquerda Democrática. *Apud* CARONE, Edgard - *A Terceira República: 1937 - 1945*. São Paulo: Difel, 1982, p. 446

²²¹ Certamente seria mais preciso afirmar que um socialismo morreu e que formas socialistas de pensar e organizar as sociedades se mantêm produtivas e eficientes, como acima ficou dito; SETTEMBRINI, Domenico - *C'è un futuro per il socialismo? E quale?* Roma-Bari: Laterza, 1996, p. 130, observou que houve vantagens na morte de algumas formas de socialismo, pois obrigou a aceitação “consciente e sem fingimentos da realidade: isto é, tornou evidente que está acabado para todos, ou deveria estar, o tempo da política que ambiciona colocar-se no lugar da fé religiosa”.

²²² “Marxismo e comunismo na história recente”. In CHAUVEAU, A. Tétard, Ph. (orgs) - *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 61 - 72.

histórica indiscriminada — entre tantos outros termos, representariam não mais de uma “história quente”, teriam perdido sua capacidade de provocar polêmica enquanto projetos ideológicos.

Resta saber se juntamente com os socialismos foi sepultada a possibilidade de uma concepção de valor universal relativo a princípios e direitos de Justiça, compartilhados não apenas entre cidadãos de um Estado, mas entre as diversas nações. Em contrapartida, se essas noções ainda apresentam alguma capacidade de exprimir interesses sociais, a teoria política contemporânea poderá valer-se da história — e de reflexões apresentadas pelos documentos analisados pelo presente artigo — e conjeturar sobre a possibilidade de voltar atrás de forma a recuperar no republicanismo os princípios para uma oportunidade de intermediação perdida.

Assim, rememorar e refletir sobre as clássicas idéias republicanas e/ou socialistas pode ser útil em nosso tempo, marcado pela apatia política e pelo individualismo como padrão de valor para a razão e para a ação. Pois, como pensar a participação política se não em termos de distribuição do poder? E, além disto, mas também por isto, como entender e agir sobre a relação entre interesse privado e interesse público numa sociedade de mercado composta por indivíduos perfeitamente egoísticos tal como atualmente parecemos experimentar?

Deste modo, uma necessária atualização do velho lema revolucionário nos leva, hoje, a exclaimar: republicanismo ou barbárie!